



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS

Endereço da Sede Administrativa: Rodovia BR 101, KM 535, Bairro Mambucaba, Paraty/RJ,
Endereço para correspondência: Rua Glauber Rocha, 2077, Bairro Portal das Artes, Paraty/RJ
- Paraty - CEP 23970-000
Telefone: (24) 3362-9885

ATA DA 48ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA ESEC TAMOIOS, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2021

Às 14 h 05 min do dia 11 de agosto de 2021, deu-se início a 48ª Reunião do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Tamoios, pelo aplicativo Google-meet, em atendimento aos protocolos de segurança adotados durante a pandemia de COVID-19.

Compareceram à reunião os conselheiros: Mário Douglas Fortini de Oliveira (ESEC Tamoios - ICMBio); Flávio Paim (APA Cairuçu – ICMBio); Tiago Oliveira Menezes (FIPERJ); Sérgio Bonecker e Maria Tereza Széchy (UFRJ); Joel Creed (UERJ); Suzana Ramineli (Projeto Cavalos do Mar); Ana Cléa (BEMAR); Wagner Robson (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis); Bernardo Papi (Transpetro); Krishna Koshiyama (APA Tamoios – INEA); Roberto Teixeira (Escritório Regional do IBAMA – Angra dos Reis); Wellington Vieira (ATSCV) e Juliana Vieira de Jesus (Colônia Z-18 de Paraty).

E ainda Leonardo Neves (UFRRJ); Raphaela de Paiva Mendonça e Daniela Barbosa (Transpetro); Alex Rodrigo e equipe do NGI Paraty/ ESEC TAMOIOS: analistas ambientais Carlos Felipe Abirached (Coordenador de Gestão Socioambiental); Edineia Caldas (Coordenadora de Proteção); Thiago Rabello (Coordenador de Visitação e Uso Público); Régis Pinto de Lima (Coordenador de Pesquisa e Monitoramento); Eduardo Godoy Aires de Souza; Adriana Nascimento Gomes; Sylvia Chada (Secretária Executiva do Conselho) e a estagiária Rogéria Rodrigues de Paula.

Justificaram ausência os conselheiros: Mírian Reis e Jorge Feliciano, da Associação de Moradores da Praia Vermelha, por estarem sem internet no horário da reunião; Aldo Bulhões, da Associação de Moradores de Tarituba, por ter outra reunião no mesmo horário e João Pedro, da Eletronuclear, por estar de férias e não conseguir outro representante junto à empresa para substituí-lo nesta reunião.

A reunião foi aberta pela analista ambiental Sylvia Chada, Secretária Executiva do Conselho, que agradeceu a presença de todos, valorizando o conselho enquanto espaço de escuta e interação com a sociedade. Menciona a presença dos Coordenadores de Áreas Temáticas do ICMBio e discorre rapidamente sobre a organização da reunião, a limitação de 1 hora pelo aplicativo e a necessidade de se criar novos links e a reunião ir migrando de sala. Em seguida passa a palavra para Mário Douglas, chefe do NGI ICMBio Paraty.

Mário Douglas dá as boas vindas a todos os participantes, reforçando também a importância do conselho como espaço de participação, tendo em conta as dificuldades de maior diálogo com a sociedade nesses tempos de pandemia e destaca a importância da pauta principal da

reunião – o relatório de monitoria do plano de manejo da ESEC Tamoios – para o futuro da ESEC Tamoios. Em seguida dá-se início a uma rodada de apresentação, começando pelos Coordenadores de Áreas Temáticas do NGI.

Thiago Rabello, Coordenador da Área Temática de Visitação e Uso Público, participando pela primeira vez desse espaço, se apresenta e fala rapidamente das principais demandas da AT. Sylvia reforça ação prevista no planejamento do NGI de resignificar a sede da ESEC Tamoios como uma estrutura voltada principalmente para o Uso Público – tanto para exposições e informações sobre as 3 UCs como para atividades de formação e educação ambiental. Edineia Caldas, também participando pela primeira vez das reuniões do Conselho se apresentou como Coordenadora da AT de Proteção, chegou há pouco tempo no NGI, é instrutora dos Cursos de Fiscalização promovidos pelo ICMBio. Krishna Koshiyama, chefe da APA Tamoios, também pela primeira vez participando da reunião do Conselho da ESEC, explicou que assumiu há pouco tempo a gestão da APA, que também está iniciando o seu processo de revisão do plano de manejo, a todo vapor. A Colônia de Pesca Z-18 de Paraty também marcou o retorno às reuniões do conselho, com a presença de sua presidente, Juliana Vieira de Jesus. Juliana manifesta o seu desejo de saber o que pode e o que não pode na ESEC Tamoios e traz para o conselho a situação dos vários pescadores da Colônia multados por estar pescando em áreas da ESEC, muitas vezes com multas extremamente altas para a realidade econômica dos filiados à Colônia. O restante dos participantes se apresentou e deu-se início aos informes.

Sylvia informou que a ESEC Tamoios estará abrindo edital para seleção de estagiário, uma vez que Rogéria completará em setembro 2 anos de estágio e não poderá mais renovar o contrato. Muito em breve os conselheiros receberão a chamada para divulgação. Em seguida a palavra foi passada para Adriana, para um informe sobre o Termo de Ajustamento de Conduta do Coral-Sol, assinado no final de julho. Trata-se de um inquérito civil iniciado em 2012, tendo como investigados a Transpetro e o Estaleiro Brasfels. A ACP foi ajuizada em 2015, com um conjunto ampliado de réus, e inclusive, IBAMA, INEA e ICMBio. Depois de várias audiências, liminares e agravos, foi realizada uma audiência de conciliação em setembro de 2020 e depois destas outra série de audiências até se chegar no TAC homologado em julho de 2021. As empresas compromissárias comprometeram-se ao custeio de medidas compensatórias no valor máximo total de R\$ 18.000.369,00 (dezoito milhões e trezentos e sessenta e nove reais), para execução pelo FUNBIO do “**Projeto para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica e Manejo do Coral-Sol na Estação Ecológica de Tamoios**” e do “**Projeto Suplementar para Avaliação e Monitoramento da Dinâmica do Coral-Sol na Baía da Ilha Grande (RJ)**”. Dentre os produtos previstos está incluído teste da eficácia da técnica de remoção manual do coral-sol, avaliando a recolonização da área manejada e os eventuais efeitos sobre as comunidades bioincrustantes.

Eduardo Godoy destaca que esse TAC vai garantir por 5 anos que a ESEC Tamoios cumpra o seu papel de pesquisa e monitoramento, lembrando ainda que a baía da Ilha Grande é a pior área do Brasil em termos de infestação por coral-sol. Sérgio Bonecker explica que foi uma negociação difícil, deu os parabéns à ESEC Tamoios, entende que prevaleceu a ciência e o interesse da sociedade. Será uma oportunidade de manejar o coral-sol, será um exemplo para o Brasil e para o mundo.

Juliana volta a mencionar os conflitos da pesca artesanal com a Estação Ecológica. Mário Douglas lembra que temos um objetivo bem específico para esta reunião, entende a importância das questões levantadas por Juliana, mas recomenda que se marque reunião específica para tratar das questões de pesca. Sylvia lembra que apesar de ter sido tirado como encaminhamento da reunião anterior a retomada da CT Aquicultura e Pesca, ainda não tivemos a reunião agendada. Tiago, da FIPERJ, levanta dois pontos de pauta para essa reunião de reativação da CT: dados de produção pesqueira dos municípios de Paraty e Angra dos Reis (Análise técnica estadual está em desenvolvimento e estará disponível em setembro) e o Pleito trazido pela Colônia Z-18, que parece ser a matéria mais urgente. Verificando as agendas da presidente da Colônia e da coordenadora da Área Temática de Proteção do NGI, foi agendada para o dia **21 de setembro**, às 14:00 horas, a reunião de retomada da CT de Aquicultura e Pesca.

Dando continuidade à reunião, já no segundo link do meet, Edineia fez uma apresentação das atividades de fiscalização ocorridas em áreas da ESEC Tamoios entre março e julho. Foram 10 ações de fiscalização no período, que resultaram em 14 autos de infração, sendo 8 por pesca amadora, 4 por pesca profissional e 2 por fundeio. Edineia relata as mudanças ocorridas na legislação, que tem dificultado as ações de fiscalização, como o Decreto nº 9.760/2019, que instituiu as audiências de conciliação e a recente Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBio nº 01/2021, além das restrições referentes à jornada de trabalho estabelecida no ICMBio, o que pode fragilizar as atividades realizadas à noite ou nos finais de semana. Edineia diz que existe o desejo de incrementar as saídas no final de semana. Reconhece que as 10 ações de fiscalização não são suficientes para combater os ilícitos na UC. Quanto às alegações de que os pescadores não têm GPS, que não existem placas, lembra que a delimitação da UC consta das cartas náuticas e quem se dedica à pesca é obrigado a ter conhecimento das cartas náuticas. Quanto ao valor da multa, destaca que é definido por lei. Quanto ao Decreto nº 9.760/2019 que instituiu a conciliação ambiental, lembra que o estado de São Paulo já utiliza esta lógica há algum tempo, que não é ruim em si, possibilita a redução da multa, a conversão por serviços ambientais. Mas como o ICMBio não se preparou para a implementação do serviço, acabou engessando os processos de autuação. Existe um número absurdo de Autos de Infração aguardando a marcação das audiências de conciliação, o que acaba gerando uma sensação de impunidade. Mas que tem esperança que melhore, que haja investimento no ICMBio. Quanto à Instrução Normativa citada, a mesma gerou uma fragilidade jurídica, pois exige a existência de um relatório prévio ou concomitante com o ato de autuação, o que se mostra inexecutável na grande maioria das vezes. Hoje um Ofício, mantendo a regra anterior a esta IN é o que tem dado sustentação às autuações. Apesar de todas essas barreiras, Edineia afirma que a equipe quer continuar fiscalizando... *“a gente trabalha de teimoso!”*

Ana Cléa parabeniza Edineia e informa dos problemas que ocorrem no Toc-Toc com a grande quantidade de embarcações fundeadas na área de pesquisa do BEMAR e a dificuldade de abordagem pela própria equipe, solicitando apoio ao ICMBio. Adriana complementa informando que tem uma Nota Técnica da UERJ, do Professor Skinner, que aborda essa questão de fundeio na Piraquara sobre as atividades de pesquisa. Eduardo Godoy lembra que está fazendo falta o programa de voluntariado que, com a diminuição da pandemia, precisamos retomá-lo.

Juliana parabeniza a apresentação de Edineia mas pergunta, já que se a servidora só cumpre o que está na lei, porque ela não olha para os barcos de turismo que exploram a ilha próxima ao Catimbau, pois se a lei diz que não pode fundear, não pode mergulhar e não pode pescar, parece que só quem não cumpre a lei são os pescadores. Afirma que os pescadores muitas vezes não sabem mexer em celular ou examinar uma carta náutica, muitos são idosos, e são tratados como criminosos. Menciona a necessidade de fazer pesquisas em ilhas próximas não pertencentes à ESEC, a título de comparação. Indaga se a ESEC não poderia mudar-se para ilhas mais distantes da costa.

Edineia coloca que algumas das questões levantadas por Juliana devem ser objeto da reunião proposta. Esclarece que o ICMBio não atua na esfera criminal, mas administrativa. Que a função do fiscal não alcança certos poderes como a consideração da condição de vida do cidadão ou sobre a mudança de abrangência territorial da ESEC. Ele tem apenas a obrigação de cumprir a lei. Ele autua e o autuado poderá defender-se no processo. Argumenta que a pesca, mesmo artesanal, implica um impacto ambiental maior que o fundeio. Juliana contesta Edineia dizendo que a constância da utilização do fundeio também agride ao ambiente e se a lei veda, deve ser autuada.

Em seguida a palavra é passada para Carlos Felipe, Coordenador de Gestão Socioambiental e Populações Tradicionais, que inicia sua fala com votos de saúde para todos os presentes e declara que não imagina a gestão das áreas protegidas desvinculada do fortalecimento da pesca artesanal, do fortalecimento das populações tradicionais do território. Entende que isso é premissa e diretriz de gestão, pois estamos aqui – servidores públicos – para buscar compatibilizar direitos. Entende que essas alianças são importantíssimas e com esse

entendimento estamos buscando fortalecer o processo de avaliação dos termos de compromisso através de estratégias de monitoramento participativo, buscando aperfeiçoar o acordo e fortalecer parcerias, este é o objetivo do Grupo de Trabalho formado por representantes do CEP SUL, CNPT e NGI. Sylvia informa que TC com os pescadores de Tarituba já está publicado no D.O.U. Quanto ao TC com pescadores da Praia Vermelha, Carlos Felipe informa que estamos buscando parceria com o Projeto POVOS, que está fazendo a caracterização das comunidades tradicionais, para auxiliar na caracterização dos pescadores da Praia Vermelha. Lembra que o processo passará por análise técnica e jurídica, além de ser obrigatoriamente aprovado no conselho da UC. Sylvia informa que haverá uma primeira reunião com a coordenação do projeto POVOS no dia 13/08.

Finalmente, no terceiro link do Google-meet, Régis Lima deu início à apresentação do relatório de monitoria do Plano de Manejo da ESEC Tamoios, explicando como foi feito o trabalho, a partir da avaliação de todas as atividades e sub-atividades previstas nos programas estabelecidos no plano de manejo de 2006. Na justificativa fez menção aos aspectos normativos, que orientam que as revisões de plano de manejo se dêem a cada 5 anos; aos aspectos relacionados à experiência de gestão, consolidada no relatório de 30 anos de implementação da UC; aos aspectos singulares da UC – a única criada em função da instalação das usinas nucleares e ainda aos aspectos políticos do momento atual. Explicou também como se deu a metodologia de construção do plano de manejo e a metodologia que orientou a monitoria. Todas as ações gerenciais internas, externas, áreas funcionais e áreas estratégicas foram avaliadas quanto a sua execução, execução parcial ou não execução. Observou-se que o maior grau de implementação se deu nas ações gerenciais internas. O documento conclui pela necessidade de revisão geral do plano de manejo da ESEC Tamoios. Régis explicou que o relatório de monitoria será agora encaminhado para a Coordenação responsável em Brasília, que acatará ou não a necessidade premente de revisão deste plano de manejo.

Mário Douglas frisou que a revisão do plano de manejo pode propiciar uma visão politicamente mais adequada da ESEC Tamoios para o território e que vamos tentar colocar esse processo como prioritário junto às coordenações do ICMBio em Brasília. Sérgio Bonecker lembrou que ele, recém-formado, teve a oportunidade de participar do diagnóstico ambiental de Angra 1 e ao ver todo esse resgate histórico e toda a evolução do conhecimento, se emociona. Lembra que naquele tempo não havia legislação ambiental e enfatiza a importância da ESEC Tamoios nesse contexto. Leonardo Neves parabeniza a equipe pelo relatório apresentado. Informa que seu grupo de pesquisa tem coletado dados na região das ilhas de Búzios, e que tem sido observada importante perda de diversidade de peixes recifais, reforçando a informação do relatório apresentado.

Não havendo mais colocações ou perguntas sobre o relatório, a reunião foi encerrada às 16:55. Registrou a presente ata a secretária executiva do conselho, Sylvia de Souza Chada.

SYLVIA DE SOUZA CHADA

Analista Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Sylvia De Souza Chada, Analista Ambiental**, em 25/08/2021, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **9484060** e o código CRC **1649800E**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

